

Ulysses quer trabalhos

29 JUL 1988

entrando na madrugada

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apelou ontem, durante os trabalhos em plenário, que, a partir da próxima semana, os constituintes fiquem votando até a madrugada. Durante uma hora e meia foram votadas quatro emendas visando a suprimir expressões de um só dispositivo, e Ulysses mostrou-se preocupado: "Temos ainda, a golpe de vista, uns 700 destaques para serem votados. Pelo rendimento obtido hoje, isso demandaria um tempo que todos nós não desejamos". No pinga-fogo, que durou uma hora a mais, das 13h30 às 15h30, Ulysses foi bastante elogiado pelos presentes.

Segundo Ulysses, serão enviados telegramas a todos os constituintes pedindo que compareçam a Brasília a partir de segunda-feira e que façam o "sacrifício" de permanecerem em plenário votando até a madrugada. "Já fiz isso, ficando sentado aqui por 15 dias seguidos, em 85, e não morri", disse, acrescentando com um toque de humor: "Os constituintes não precisam ficar preocupados. As senhoras em casa, terão o Diário da Constituinte para saber que estão trabalhando em benefício do País. Esse álibi será dado..."

Mas o próprio Ulysses não poderá "compartilhar" — como quis saber o líder do PTB, Gastone Riggi — dessas primeiras madrugadas.

De domingo até as 10 horas de quarta-feira ele estará outra vez no exercício da Presidência da República, devido à viagem do presidente Sarney à Bolívia.

Governo admite negociação em 21 pontos

BRASÍLIA — O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, disse ontem que já existem 21 pontos no texto do anteprojeto da Constituição abertos ao entendimento entre o governo e os constituintes. O governo e as lideranças da Constituinte estão convictos de que é preciso negociar, afirmou ele.

Entre os pontos sobre os quais começa a haver entendimento está o que dá poderes ao Congresso Nacional para efetivar uma moção de censura a qualquer ministro de Estado, afastando-o do governo. A moção seria retirada do texto, através de emenda supressiva. Outro ponto é o que prevê reajuste dos proventos da aposentadoria, de modo que acompanhem as reclassificações da categoria a que pertence o aposentado, tratando-o como se estivesse na ativa. Os aposentados terão seus proventos protegidos contra a inflação, mas sem ter direito aos mesmos benefícios conseguidos pelos que estão na ativa. Os pontos que prevêem anistia financeira e fiscal também seriam suprimidos. A financeira perdoa os micro e pequenos empresários que fizeram dívidas durante o Plano Cruzado, e a fiscal perdoa débitos para com o fisco em nível federal, estadual e municipal.

PLENÁRIO VAZIO

No mesmo momento em que Ulysses formalizava o apelo, o plenário se esvaziava. Eram quase 17h30 e, como às sextas-feiras não haverá sessões para que todos possam se dedicar às eleições municipais, os constituintes não queriam perder os últimos aviões da tarde.

Com isso, não pôde ser concluída a votação dos destaques relativos ao Artigo 5º, prevendo que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Uma emenda do presidente do PSDB, Mário Covas, visando suprimir o restante, a partir da expressão "assegurada", foi rejeitada por 239 votos contra 98 e cinco abstenções. Outra de Joaci Góes (PMDB-BA), para eliminar o trecho "sem distinção de qualquer natureza", foi retirada na hora de ir à votação.

O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) apresentou emenda retirando a expressão "aos brasileiros e estrangeiros residentes no País", que teve 168 votos a favor, 132 contra e quatro abstenções, mas não alcançou o quórum de 280. A última emenda, do deputado Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), para excluir apenas a palavra "residentes", obteve 139 votos a favor, 85 contra e três abstenções. Como não houve quórum para deliberação, ela será votada novamente na segunda-feira.

Garantia para a propriedade leva a impasse

29 JUL 1988

Em menos de 15 minutos a Constituinte votou ontem à tarde duas emendas supressivas, alterando três pontos do Título 1º do projeto de Constituição. (Como o texto do projeto fora votado globalmente no dia anterior, foram considerados aprovados todos os demais dispositivos não emendados, como o preâmbulo e o restante do título 1º, que trata dos princípios fundamentais.)

A primeira, retirou uma expressão do Artigo 1º sobre os fundamentos do Brasil, que previa a convivência pacífica com a humanidade; enquanto a segunda fez uma correção de linguagem: em vez de reduzir "as desigualdades entre as pessoas e as regiões", preferiu reduzir "as desigualdades sociais e regionais".

PINGA FOGO

A maioria dos oradores do pinga fogo de ontem referiu-se à atuação de Ulysses Guimarães, classificando como corajosa a resposta dele ao discurso do presidente Sarney. Para o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), "o País respirou outro clima depois das palavras de Ulysses". O deputado Amaury Muller (PDT-RS), classificou de "uma atitude vertical e histórica, dando a melhor resposta àqueles que pretendiam jogar pedra no telhado constitucionalista". Já o deputado Adilson Mota (PDS-RS) criticou a tentativa de confronto do governo contra a soberania e a dignidade da Constituinte.

O texto aprovado ontem na Constituinte está na página 29

BRASÍLIA — A garantia do direito de propriedade foi o primeiro ponto de impasse nas negociações visando o segundo turno da Constituinte. Ontem, as lideranças partidárias se reuniram sob a coordenação do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), quando apreciaram todo o Título I, dos princípios fundamentais, e conseguiram conversar sobre 21 incisos do Artigo 5º, do Título II, que trata dos direitos e garantias. No inciso sobre a casa como asilo inviolável do indivíduo, não houve acordo quanto ao destaque do deputado Ademir Andrade, líder do PSB. E a decisão será no voto.

Também vai a plenário o destaque do deputado Álvaro Valle (PL-RJ), que quer retirar do texto a exigência de prévio aviso para a realização de reuniões pacíficas em locais abertos ao público. E, ainda, o inciso estabelecendo que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, transitada em julgado.

Quanto ao inciso que considera livres independentemente de censura ou licença as atividades artísticas, intelectual, científica e de comunicação se chegou a um consenso. O senador Carlos Alberto (PTB-RN), proprietário de um canal de TV em seu Estado, queria suprimir "independentemente de censura ou licença". Ninguém apoiou, o destaque deve ser abandonado e nem sequer apreciado em plenário. As discussões prosseguem na segunda-feira, com a atenção voltada aos 40 pontos do PFL, como exigência para votação em bloco do projeto. Dessas, o PMDB concorda em negociar 21.